

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Calebe Bartex Frota

**O PAPEL DO PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA NA CONSOLIDAÇÃO E
MANUTENÇÃO DA SOBERANIA NACIONAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA NO
SÉCULO XXI**

**Resende
2022**



**APÊNDICE II AO ANEXO B (NITCC) ÀS DIRETRIZES PARA A
GOVERNANÇA DA PESQUISA ACADÊMICA NA AMAN**
**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE
NATUREZA PROFISSIONAL**

**AMAN
2022**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL

**TÍTULO DO TRABALHO: O PAPEL DO PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA NA
CONSOLIDAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SOBERANIA NACIONAL NA AMAZÔNIA
BRASILEIRA NO SÉCULO XXI**

AUTOR: CALEBE BARTEX FROTA

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.

Autorizo a Academia Militar das Agulhas Negras a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em revista técnica da Escola ou outro veículo de comunicação do Exército.

A Academia Militar das Agulhas Negras poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se a necessária anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou da Direção de Ensino da Academia Militar das Agulhas Negras

Resende, 18 de abril de 2022

Cad Calebe Bartex Frota

Dados internacionais de catalogação na fonte

F941p FROTA, Calebe Bartex

O papel do pelotão especial de fronteira na consolidação e manutenção da soberania nacional brasileira na amazônia brasileira no século XXI. / Calebe Bartex Frota – Resende; 2022. 48 p. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: César Somavilla

TCC (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2022.

1.Soberania nacional 2.Fronteira 3.Pelotão especial de fronteira 4.Amazônia I. Título.

CDD: 355

Calebe Bartex Frota

**O PAPEL DO PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA NA CONSOLIDAÇÃO E
MANUTENÇÃO DA SOBERANIA NACIONAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA NO
SÉCULO XXI**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Orientador: 1º Ten César Somavilla

Resende
2022

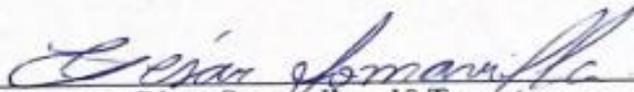
Calebe Bartex Frota

**O PAPEL DO PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA NA CONSOLIDAÇÃO E
MANUTENÇÃO DA SOBERANIA NACIONAL NA AMAZÔNIA**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

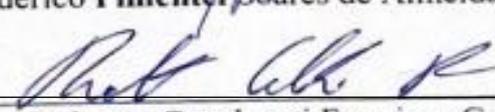
Aprovado em 16 de agosto de 2022:

Banca examinadora:



César Somavilla - 1º Tenente
(Presidente/Orientador)


Frederico **Pimentel Soares de Almeida** – Cap


Roberto Cavalcanti Ferreira - Cap

Resende
2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por ter me dado a oportunidade de ter ingressado na AMAN e as forças para que eu nunca esmorecesse perante as dificuldades e que, deste modo, pudesse estar concluindo meu maior sonho, me tornar oficial do Exército Brasileiro.

Agradeço também a minha família, principalmente meus pais, Nilton e Marta, por estarem sempre ao meu lado, me apoiando em todos os momentos, sejam eles bons ou ruins. Vocês são os principais responsáveis por hoje eu me sentir o homem mais feliz e realizado do mundo.

Além disso, agradeço aos meus irmãos, Nathan e Micael, por serem os meus primeiros e melhores amigos. Em especial, ao Micael, agradeço a mentoria na confecção deste trabalho. Ao Nathan, agradeço por, desde sempre, mesmo sem saber, ser minha referência de homem, trabalhador, desapegado, “virão” e companheiro.

Agradeço a minha esposa, Ludmila, pela paciência e apoio ao longo dos últimos cinco anos, sempre me apoiando, incentivando, compreendendo a profissão que eu escolhi para minha vida e que tanto influenciará a vida de nossa família.

Ao meu orientador, por todo o esforço e dedicação em auxiliar-me no desenvolvimento deste trabalho e de minha própria formação, sendo meu comandante de pelotão no árduo e importantíssimo 3º ano do Curso de Infantaria da AMAN.

RESUMO

O PAPEL DO PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA NA CONSOLIDAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SOBERANIA NACIONAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA NO SÉCULO XXI

AUTOR: Calebe Bartex Frota
ORIENTADOR: César Somavilla

A Amazônia tem ganhado cada vez mais atenção conforme a escassez de recursos naturais torna-se cada vez mais visível no horizonte de um futuro próximo. A tendência, portanto, é que a soberania brasileira na região seja ameaçada com cada vez mais intensidade à medida que a necessidade mundial em explorar a região aumente. A fim de minimizar, ou até mesmo evitar, tal problemática internacional, a soberania nacional deve ser estudada de maneira a identificar as necessidades do Brasil para estabelecer uma posição de domínio segura naquela região. O objetivo desse trabalho é identificar o papel dos pelotões especiais de fronteira (PEF), que atuam na região amazônica, na manutenção e consolidação da soberania brasileira em ambiente amazônico. Realizou-se uma pesquisa exploratória a fim de identificar o processo histórico de consolidação brasileira na região e o estudo de operações e doutrinas que evidenciam a atuação dos PEF na Amazônia. Dessa maneira, pode-se identificar de maneira clara a contribuição do PEF para a soberania nacional, além de evidenciar a necessidade da intensificação do processo de firmamento do poder soberano brasileiro na região.

Palavras-chave: Soberania nacional. Pelotão Especial de Fronteira. Amazônia. Desenvolvimento amazônico.

ABSTRACT

THE ROLE OF SPECIAL BORDER PLATOON IN THE CONSOLIDATION AND KEEPING OF NATIONAL SOVEREIGNTY IN THE BRAZILIAN AMAZON IN THE 21ST CENTURY

AUTHOR: Calebe Bartex Frota

ADVISOR: César Somavilla

The Amazon has gained increasing attention as the scarcity of natural resources becomes more and more apparent on horizon of the near future. The tendency, therefore, is that Brazilian sovereignty in the region will be threatened with increasing intensity as the world's need to exploit the region increases. In order to minimize, or even avoid, such an international problem, national sovereignty must be studied in order to identify Brazil's needs to establish a secure position of dominance in that region. The objective of this work is to identify the role of the Special Border Platoons (Pelotão Especial de Fronteira - PEF), which act in the Amazon region, in the maintenance and consolidation of Brazilian sovereignty in the Amazonian environment. It carried out an exploratory research in order to identify the historical process of Brazilian consolidation in the region and the study of operations and doctrines that evidence the performance of the PEF in the Amazon. In this way, the contribution of the PEF to national sovereignty can be clearly identified, as well as the need to intensify the process of consolidating Brazilian sovereign power in the region.

Keywords: National sovereignty. Special Border Platoon. Amazon. Amazonian development

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Linha do Tratado de Tordesilhas.....	18
Figura 2 - Região de atuação do Projeto Calha Norte.....	21
Figura 3 – Tratado de Madri.....	25
Figura 4 - Região de litígio franco-brasileiro (séc.XIX)	26
Figura 5 - Manchete do acordo bolivio-americano.....	28
Figura 6 - Área disputada entre Bolívia e Brasil.....	29
Figura 7 – Mapa da Amazônia Legal.....	31
Figura 8 – Expressões e projeções do Poder Nacional.....	34
Figura 9 – Embasamento legal para atuação dos PEF.....	35
Figura 10 - Distribuição de PEF na Amazônia Legal.....	36
Figura 11 – Fluxograma de migração na Op Acolhida.....	38
Figura 12 – Desdobramento da área de Apoio de Pacaraima.....	39
Figura 13 – Mapa da fronteira Brasil-Países Produtores.....	41
Figura 14 – Resultados da Op COVID 19 em missões indígenas.....	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIS	Batalhão de Infantaria de Selva
CI	Caderno de Instrução
CFAE	Comitê Federal de Assistência Emergencial
DMT	Doutrina Militar Terrestre
EB	Exército Brasileiro
ESG	Escola Superior de Guerra
FARC	Força Armada Revolucionária Colombiana
F Ter	Força Terrestre
£	Libra esterlina
IP	Instrução Provisória
MC	Manual de Campanha
ME	Manual de Ensino
Op	Operação
PEF	Pelotão Especial de Fronteira
PF	Polícia Federal
Ton	Tonelada

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	OBJETIVOS	13
1.1.1	Objetivo Geral	13
1.1.2	Objetivos Específicos	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	FRONTEIRAS	13
2.1.1	História.....	13
2.1.2	Vertentes geopolítica acerca das fronteiras	14
2.1.3	Tipos de fronteiras	15
2.2	FRONTEIRAS NO BRASIL	17
2.2.1	História.....	17
2.2.2	Fortificações e colônias militares na Amazônia.....	19
2.3	O PODER NACIONAL	21
2.3.1	História.....	22
2.3.2	O poder e suas manifestações.....	22
2.3.3	O poder e a soberania nacional.....	23
2.4	A PROJEÇÃO DO PODER NACIONAL BRASILEIRO NA REGIÃO AMAZÔNICA.....	24
2.4.1	História.....	24
2.4.2	A questão do Amapá	25
2.4.3	A questão do Acre	27
2.4.4	A organização do espaço político amazônico.....	30
3	REFERENCIAL METODOLÓGICO	31
3.1	TIPO DE PESQUISA	31
3.2	MÉTODOS.	32
3.2.1	Análise de manuais e cadernos de instrução do EB acerca da doutrina adotada nos PEF.....	32
3.2.2	Estudos de caso.....	37
3.2.3	Estudo de operações internacionais em faixa de fronteira.....	44
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	46

1 INTRODUÇÃO

A missão das Forças Armadas, de acordo com o artigo 142 da Constituição Federal de 1988, é a “defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e garantia da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social”. Dessa maneira, a instituição busca de maneira ininterrupta e das mais variadas formas atingir tais objetivos.

Operações de garantia da lei e da ordem são cada vez mais frequentes nos dias de hoje, o foco, porém, será dado as operações de defesa da Pátria em territórios fronteiriços no século XXI. Um dos alicerces da soberania de um Estado é o domínio que este tem sobre os seus limites territoriais. Por esse motivo, no Brasil, devido a larga extensão das fronteiras, em especial Centro-Oeste e Norte, foram assentados estrategicamente diversos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF).

Tendo em vista que a soberania brasileira depende da dominação sobre suas extensas fronteiras terrestres, o presente estudo tem como temática principal o papel dos Pelotões Especiais de Fronteira na manutenção e consolidação da soberania nacional na Amazônia brasileira no século XXI.

Observa-se que a problemática surge com o início da ocupação das américas pelos europeus, conforme relata Mattos (2011). Além disso, ao longo dos séculos, diversos pleitos foram levantados por diferentes países que, de certa maneira, ameaçariam a soberania brasileira caso fossem atendidos. Segundo Cabral (2005), no início do século XX, a empresa norte-americana Chartered Companies defendia uma possível ocupação da região em prol da ciência. Além disso, na década de 1930, o Japão defendia a redistribuição populacional mundial, sendo os excedentes remanejados para a região amazônica. Em 1948 a ONU propôs a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica que, na prática, ocasionava a perda da jurisdição territorial do Brasil sobre a Amazônia.

Como foi mencionado, há, historicamente, uma ameaça internacional a soberania nacional brasileira na região. Observa-se, também, que há um crescente aumento no interesse global pela região ao analisarmos a frequência com que o assunto foi tratado por diversos países no século XX em comparação com os séculos anteriores. Por esse motivo, fica claro e definido a seguinte problemática: um crescente interesse internacional em ocupar, explorar e apropriar-se das terras amazônicas pertencentes ao Brasil.

Com base nessa problemática, a relevância desse trabalho é evidente, visto que a Amazônia permeia metade do território nacional e um golpe na soberania brasileira nesse ambiente levaria a consequências desastrosas e inimagináveis para o equilíbrio geopolítico do país, da América do Sul e, quiçá, do mundo, visto que iniciaria uma corrida global em busca de preencher o vácuo de poder na região.

Justifica-se, portanto, a execução do presente estudo para manutenção não apenas da soberania brasileira na Amazônia, como também na manutenção das relações políticas continentais e internacionais que seriam afetadas pelo problema apresentado.

No referencial teórico, buscou-se apresentar conceitos básicos, abordando aspectos históricos e as peculiaridades com relação ao Brasil, tais como: fronteiras, o poder nacional e projeção de poder. Nesse momento, utilizou-se muito as obras do General Carlos de Meira Mattos como base para os estudos.

Em um segundo momento da pesquisa (referencial metodológico), foi explorado os manuais do Exército Brasileiro e as operações realizadas em faixa de fronteira, com o intuito de compreender de fato como o Brasil impõe-se soberanamente na região Amazônica.

Por fim, houve uma breve discussão dos estudos realizados, buscando associar os conceitos apresentados com os fatos expostos e, posteriormente, foi feita algumas considerações finais acerca da importância do assunto para o país

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Compreender o papel dos pelotões especiais de fronteira na manutenção da soberania nacional em ambiente de selva no século XXI.

1.1.2 Objetivos Específicos

Definir os conceitos de poder nacional, fronteiras e relacioná-los com o Brasil;

Compreender a distribuição e funcionamento dos PEF ao longo da faixa de fronteira amazônica;

Comparar a manutenção dos limites fronteiriços em ambiente de selva de outros países com o Brasil;

Relacionar a criação dos PEF com a consolidação das fronteiras brasileiras; e

Concluir acerca do papel dos PEF na manutenção da soberania nacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FRONTEIRAS

2.1.1 História

A evolução histórica das fronteiras caminhou lado a lado com o crescimento populacional da humanidade. Estima-se que no início da era cristã a população mundial girava entorno de 250 milhões a 350 milhões. Por esse motivo, em geral, o planeta era despovoado. Vazios enormes separavam um povo de outro, sem haver a necessidade real de definir limites entre domínios. (MATTOS, 2011)

No período de expansão do Império Romano pode-se observar o surgimento de áreas mais críticas onde ocorriam enfrentamentos entre os conquistados e os conquistadores romanos. Geralmente, nessas áreas ocorriam a demarcação de “fronteiras” primitivas que eram balizadas por fossos. Entretanto, os primeiros limites que se tornaram mais conhecidos foram as marcas carolíngias, implementadas por Carlos Magno; além disso, vale ressaltar como uma das primeiras manifestações de fronteira, a Muralha da China.

Já no final da Idade Média podemos observar a consolidação do conceito de fronteira que temos atualmente. Com a substituição gradativa do poder dos nobres e senhores feudais para as mãos centralizadoras do rei, o poder territorial transforma-se em sinônimo de soberania e poder nacional. A posse do território nacional passa a ser sagrada e imperativo para os Estado-nação. Nesse contexto, delimitar a extensão do poder de um rei/nação torna-se indispensável.

Ainda tratando dos séculos XV e XVI, o mundo vive um momento de explorações marítimas e inúmeras descobertas. Diante disso, são emitidas bulas que dividem as conquistas feitas principalmente pelas coroas de Portugal e Espanha. A mais famosa é a Bula Inter Coetera (1493) que mais tarde é substituída pelo Tratado de Tordesilhas (1494), ambos documentos demarcando os limites fronteiriços para as novas descobertas realizadas no Novo Mundo. Outras diversas demarcações arbitrárias foram feitas por colonizadores pelo globo, principalmente na América do Sul e na África. Tais marcações não levaram em consideração os aspectos sociológicos dos povos, tais como: cultura, idioma, religião etc. (MATTOS, 2011)

Sintetizando, a evolução dos marcos fronteiriços acompanhou o crescimento demográfico dos povos. Os vazios demográficos do mundo antigo bastavam para separar os povos. Entretanto, o aumento populacional e a busca por poder territorial forçaram aos Estados-nação delimitar as áreas em que a sua soberania alcançava, levando a termos hoje o que entendemos por fronteiras.

2.1.2 Vertentes geopolítica acerca das fronteiras

Apesar das divergências de pensamento, segundo Mattos (2011), podemos considerar a geopolítica como uma ciência política que é responsável pelos estudos da relação entre política e espaço geográfico.

Nesse sentido, a fronteira faz-se elemento essencial ao objeto de estudo dos geopolíticos. É a engrenagem do Estado que não pode parar de funcionar, caso contrário, a própria soberania desse estará ameaçada.

A seguir, serão apresentados diversos autores e suas visões sobre o tema, não necessariamente um ou outro devendo estar errado.

Para o sueco Johan Rudolf Kjellén (1918), o Estado é um organismo vivo, que nasce, cresce, desenvolve-se e atinge sua vida adulta, dominando ou sendo dominado. Ao longo desse ciclo natural de vida, a sua epiderme – fronteira – cresce, retrai, estaciona, conforme os

estímulos que lhe é imputada. Portanto, por ser a linha periférica do corpo, a fronteira faz jus ao título de guardião da integridade física do Estado.

O General alemão Karl Ernst Haushofer (1927) possui uma visão que serviu de pretexto ao expansionismo germânico. Defende que uma lei estática, vinculada a uma Constituição estática nunca poderá ser plenamente satisfatoriamente definir acerca dos limites fronteiriços mutáveis.

Já o britânico Lord Curzon de Kedleston disse em conferência sobre fronteiras no ano de 1907, “As fronteiras, mais do que qualquer outro fator, têm o mais profundo efeito sobre a paz e a guerra entre as nações. Todo esforço diplomático deve ser desenvolvido no sentido de solucionar as tensões fronteiriças”.

Diante dessas e das outras inúmeras contribuições acerca do tema, Mattos (2011, p.34) conclui que “os tratados internacionais não bastariam para garantir a soberania dos Estados. Para isso seria preciso vigiá-las, povoá-las e harmonizá-las aos interesses regionais”.

2.1.3 Tipos de fronteiras

Faz-se necessário classificar e organizar os diversos tipos de fronteiras existentes para que, conforme defende Boggs: “Uma das principais razões para se dedicar ao estudo de fronteiras é o desejo de se selecionar os tipos que provaram ser bons e os que se revelaram ser maus.” (apud MATTOS, 2011, p. 112).

No que se refere à natureza, Mattos (2011) classifica-as em dois tipos:

- Fronteiras naturais – são limitadas pelos acidentes naturais, tais como: rios, montanhas, desertos etc.
- Fronteiras artificiais – que são traçadas a partir de linhas imaginárias sem critério social algum.

Pode-se, também, classificá-las em:

- Fronteiras ocupadas;
- Fronteiras vazias.

Além disso, diversos autores classificaram-nas de outras formas, como, por exemplo: Kjellén (1918) classificou em fronteiras históricas, naturais, planejadas e, por fim, étnicas, linguísticas, estratégicas ou econômicas; Hildebrando Accioly (2019) considerou a situação jurídica e separou-as em fronteira *de jure*, em litígio e em conflito.

Entretanto, é de comum acordo entre os autores que os limites entre as nações são caracterizados por uma faixa de transição na qual os valores, línguas e costumes se

confundem entre si. Essa mescla de culturas ocorre de forma natural e pacífica quando tratamos Estados amigos, já em nações rivais ocorre de maneira restrita e, por vezes, é proibida, como ocorre entre a Coreia do Sul e a Coreia do Norte. Em ambos os casos, fica clara a necessidade de instalação de postos de controle, alfândegas e instituições estatais que possam controlar ou coibir essa interpenetração. (MATTOS, 2011)

Aprofundando-se um pouco no caso do atrito que ocorre em fronteiras de Estados rivais, alguns autores mencionam o conceito de Estado-tampão. Nesse caso, a relação entre as nações seria tão crítica e acirrada em determinada região fronteira que seria necessário estabelecer um espaço neutro naquela localidade. Mattos (2011) define esse espaço separador como um Estado soberano e reconhecido entre ambas as partes. Um exemplo perfeito de um Estado-tampão é o próprio Uruguai, palco de inúmeros conflitos entre Brasil e Argentina.

Apesar das inúmeras formas de classificar os limites fronteiros, Mattos (2011) traz uma abordagem ampla que não necessariamente anula as outras e que merece especial atenção neste trabalho.

Em geral, os Estados modernos determinam três tipos de fronteira e legislações que as regulam, sendo elas:

- Fronteira terrestre;
- Fronteira marítima;
- Fronteira aérea.

A fronteira aérea começou a ser discutida no período da I Guerra Mundial na qual houve um grande desenvolvimento da aviação. Hildebrando Acioly (2019) defendeu o princípio de que “a quem pertence o solo cabe, também, o que lhe fica abaixo e acima”. O Brasil ratificou em 8 de julho de 1946 a Convenção de Chicago (1946, p.1), que versa sobre a aviação civil internacional e estabelece o seguinte: “Os Estados contratantes reconhecem ter cada Estado a soberania exclusiva e absoluta sobre o espaço aéreo e sobre o seu território”.

A fronteira marítima teve uma série de mudanças no seu critério ao longo dos anos pela dificuldade em traçar uma linha estática como é feito em terra. O primeiro critério a ser utilizado foi a de estabelecer o limite da nação na linha do horizonte. Esse método caiu pela imprecisão e variação do traçado. O critério adotado em seu lugar foi estabelecer a fronteira em uma distância na qual o litoral estivesse fora do alcance do tiro de um canhão. Entretanto a constante evolução dos armamentos tornou impraticável essa solução.

No período da II Guerra Mundial os Estados Unidos passaram a reivindicar 200 milhas náuticas a partir do litoral. Esse conceito acabou por criar situação conflitivas em

nação que possuíam litorais fechados, como é o caso da França e Espanha. Por esse motivo houve um Conferência sobre o Direito do Mar que definiu 200 milhas de mar patrimonial (exploração exclusiva dos recursos) e 12 milhas de mar territorial (território soberano do Estado Litorâneo). (MATTOS, 2011)

Por fim, mas não menos importante, ao contrário, a mais importante para o presente trabalho: a fronteira terrestre. Naturalmente sendo o tipo mais antigo é a de mais fácil aceitação e compreensão da sua necessidade e não necessariamente a menos problemática. Por esse motivo, faz-se necessário não apenas a aceitação pelos Estados vizinhos de uma linha imaginária balizada por um acidente natural ou algum meridiano, mas sim marcos fronteiriços convencionados e aceitos por ambas as partes.

Em fronteiras naturais, como rios, lagos e montanhas, torna-se difícil a demarcação. A comunidade internacional, entretanto, já possui alguns critérios comumente aceitos. A seguir estão alguns casos abordados por Mattos (2011):

- nos rios – caso o limite não esteja de um ou outro lado da margem, pode-se traçar a linha média entre as duas margens, sem prejudicar ou beneficiar as atividades econômicas de ambos os lados;
- nos lagos – da mesma maneira que ocorre nos rios, a maneira mais aceita é de traçar a linha média equidistante das margens;
- nas ilhas – a forma mais comum é incorporá-la por completo ao Estado mais próximo de sua margem;
- nas pontes – normalmente ocorre um acordo entre as partes para que haja um controle e manutenção mútua por ambos os lados;
- nas montanhas – ocorre a demarcação balizando-se pela linha de separação das águas, de maneira a assegurar que cada nascente pertença ao lado da população que é abastecida.

2.2 FRONTEIRAS NO BRASIL

2.2.1 História

O geógrafo alemão Alexandre Supan (1918) propôs uma fórmula que avalia do grau de maritimidade de um país. Se analisado sob a perspectiva do alemão percebe-se que o território do Brasil corresponde a um país com maior grau de continentalidade em relação a

maritimidade. Esse resultado não reflete a realidade e, por isso, o Brasil entra no grupo de exceções à regra que o próprio Supan reconhece.

As causas relacionadas por esse autor servem perfeitamente à situação do território nacional como, por exemplo, o subdesenvolvimento e despovoamento das áreas interiores. Alinhado com o pensamento do alemão, Mattos (2011) conclui que o equilíbrio entre o grau de maritimidade e o grau de continentalidade só poderá se dar com o desenvolvimento das regiões interiores.

Os motivos do acentuado desenvolvimento litorâneo do país podem ser observados ao longo de sua formação. Como dito no tópico “a” desse capítulo, em 1493 foi publicado pelo Papa Alexandre VI a *Bula Inter Coetera* que definia os limites das posses das descobertas portuguesas e espanholas. Entretanto, foi substituída em 1494 pelo Tratado de Tordesilhas, o qual definia o meridiano situado a 370 milhas a oeste do arquipélago de Cabo Verde como o novo limite entre as coroas ibéricas. Caso o limite fosse seguido, as possessões portuguesas estariam limitadas, mais a norte, pela cidade de Belém e, mais a sul, pela cidade de Florianópolis. Entretanto, até aproximadamente a Independência do Brasil houve um movimento de expansão portuguesa para além oeste desse meridiano

Figura 1 – Linha do Tratado de Tordesilhas



Fonte: CAMPOS; DOLHNIKOFF (1993)

Algumas dessas incursões merecem destaque, tais quais: a expedição de Martim Afonso de Souza, que explorou o rio Prata; a entrada fluvial de Pedro Teixeira até o rio Napo, hoje pertencente ao Equador; a fundação da Colônia de Sacramento; a ocupação de Caiena; e a expedição de Raposo Tavares, partindo de São Paulo, passando pelos Andes bolivianos e terminando no rio Amazonas. Além disso, é notável o trabalho realizado pelo barão do Rio Branco na pasta das Relações Exteriores, sendo o seu feito mais notável a mediação da questão do Acre.

Em resumo, Mattos (2011) junto com diversos outros autores dividem a história dos limites fronteiriços brasileiros em quatro fase, sendo elas:

- Fase de expansão – caracterizado pelo deslocamento a oeste da linha de Tordesilhas;
- Fase de regularização – ocorrida durante o período monárquico;
- Fase de demarcação – já durante a república, é quando ocorre os esforços por parte da Comissão de Limites;
- Fase de vivificação – fase vivida ainda atualmente na qual ocorre uma crescente preocupação em construção de fortes e assentamentos militares, guiados pelo Projeto Calha Norte.

2.2.2 Fortificações e colônias militares na Amazônia

Carlos de Meira Mattos, aborda a importância da fronteira sobre a soberania nacional, dizendo: “A fronteira representa a linde de nosso patrimônio territorial; ali começa, e acaba, a nossa soberania.” (2011, p. 127)

Os colonizadores portugueses, cientes ou não dessa importância e relação entre fronteira e soberania, já sentiam a obrigação e necessidade em tomar posse de pontos e regiões consideradas estratégicas para a defesa do território. A solução adotada, em um primeiro momento, foi a construção de fortalezas nessas áreas. Destacam-se no meio dos 32 fortes que havia na Amazônia até o século XIX os seguintes: forte do Príncipe da Beira, forte de Tabatinga, forte do Cucui e forte de São Joaquim.

A estratégia de fortificação dos pontos críticos foi gradualmente sendo substituída pela ideia de assentamento de colônias militares. Em 1840 foi criada a Colônia Militar d. Pedro II,

no Amapá, e, em 1854, a Colônia Militar de Óbidos. Ambas as colônias barraram as pretensões francesas de expansão territorial da Guiana em direção a boca do rio Amazonas, importante via comercial e estratégica. Esse novo conceito trazia não somente a ideia de defesa como era o caso dos fortes, mas também incentivava o povoamento da região, inclusive realizava-se doações de terra para os militares e suas famílias que terminavam seu tempo de serviço. Tal política foi tão eficaz que há pouquíssimo tempo criou-se duas colônias militares, a de Oiapoque em 1964 e, em 1967, de Tabatinga.

Tendo em vista a coordenação e melhor condução desse desenvolvimento socio-militar, o governo brasileiro criou diversos projetos orientados pela Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional. Destacam-se os seguintes projetos:

- Projeto Tabatinga-Apaporis – visando o desenvolvimento da fronteira entre Brasil e Colômbia;
- Projeto de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental – visando o desenvolvimento da linha fronteira entre Benjamin Constant até Cáceres;
- Programa de Apoio Social Especial Integrado – visa o apoio de saúde e saneamento das cidades desprovidas de recursos na região amazônica.
- Projeto Calha Norte – envolve o desenvolvimento da área da Amazônia Legal.

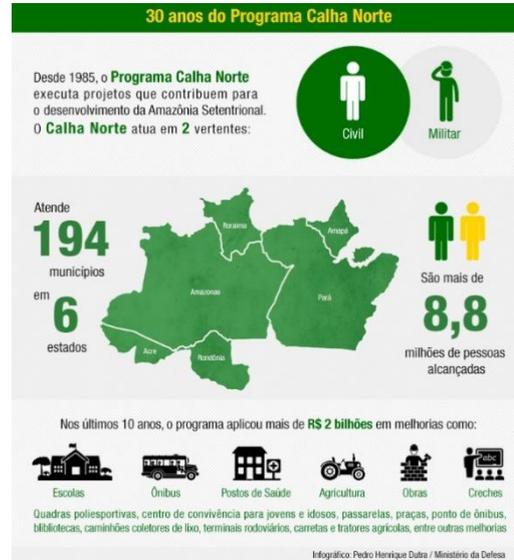
O Projeto Calha Norte, em especial, destaca-se entre os demais tanto na ambição de seus objetivos quanto em sua ampla divulgação para o público. Esse projeto abrange 6500 km de fronteira (Guiana Francesa, Suriname, República da Guiana, Venezuela e Colômbia). Nesse sentido, o Exército movimentou-se para ampliar os recursos destinados a ocupação, comunicações e povoamento da região. Novos pelotões de fronteira foram criados e além de um programa de construção de estradas no qual o 6º Batalhão de Engenharia e Combate de São Gabriel da Cachoeira é responsável.

Percebe-se, diante daquilo que foi exposto, que os limites fronteiriços são dinâmicos e instáveis, devido a inúmeros fatores que foram citados. Entretanto, o Brasil é, indiscutivelmente, um país de imenso patrimônio mineral, animal e territorial. Por esse motivo, é dispensável políticas expansionistas, fazendo-se necessário apenas o desenvolvimento e integração daquilo que já nos pertence. Para tanto, é necessário que estejamos vigilantes e previdentes como Teixeira Soares observa:

Se a fronteira é o resultado condicionante da política torna-se vital, então, conceber uma política de fronteiras. **Esta política deve ser vigilante, previdente e**

construtiva, para que as fronteiras sejam estáveis e protegidas, assim como importantes demográfica e economicamente (...). (SOARES, 1972, p. 15, grifo nosso)

Figura 2 – Região de atuação do Projeto Calha Norte



Fonte: Ministério da Defesa (2015)¹

2.3 O PODER NACIONAL

A seguir, estão apenas algumas, diante de inúmeras, citações de grandes nomes acerca do tema que será abordado nesse capítulo e que evidencia sua importância nos estudos geopolíticos.

“Os conceitos geopolíticos e o **poder** têm sido inseparáveis através da história. A geopolítica é a aplicação da política aos espaços geográficos; a aplicação da política é poder.” (MATTOS, 2011, p. 201, grifo nosso)

“Não é só o progresso, o desenvolvimento da cultura, da riqueza e do **poder** de nossa pátria que desejamos. É, também, a crescente prosperidade de todos os povos de nosso continente.” (Barão de Rio Branco, 1905, apud ARAÚJO, 2012, p. 128, grifo nosso)²

“O Brasil, apesar de ainda insuficientemente definido, é, geralmente, reconhecido como podendo vir a se constituir em respeitável **poder** – a primeira estrela do hemisfério Sul na galáxia mundial e a primeira grande potência a emergir no cenário

¹ Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/programa-calha-norte-comemora-30-anos-melhorando-a-vida-da-populacao-da-regiao-norte>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

² Discurso pronunciado em 6 de agosto de 1905 na sessão inaugural do III Congresso Científico Latino Americano, realizada no teatro São Pedro de Alcântara. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

internacional desde a ascensão da China, após a II Guerra Mundial.”
(SCHNEIDER, 1977, apud MATTOS, 2011, p.201, grifo nosso)

2.3.1 História

Definindo o poder como a capacidade de impor a sua vontade sobre outro (MATTOS, 2011), observaremos que suas origens remontam as origens do próprio homem. Além das sociedades primitivas que a relação entre os povos era marcada por dominadores e dominados, estudos realizados por Toynbee (1934) mostram que o império da Suméria e Acádia, que datam cerca de 2100 anos antes de Cristo, já havia o exercício de poder por meio de instrumentos que Morgenthau (1946) definiu: ordens, ameaça, persuasão, autoridade ou carisma.

Carlos de Meira Mattos (2011) constata que, o poder sempre foi exercido por um homem ou uma elite sobre os povos. Na atualidade, entretanto, os Estados buscam um poder que, ao mesmo tempo, garantam a autoridade e a liberdade. O poder, da forma que foi exercido pelos monarcas não se encaixa mais nos padrões atuais da sociedade mundial. Em seu lugar, percebe-se hoje um padrão de exercício do poder, em que as minorias dirigentes (que receberam o poder da maioria), delegam a responsabilidade de exercer esse poder a outrem, como, por exemplo, o Estado brasileiro delegar o seu poder estatal a um pelotão especial de fronteira.

2.3.2 O poder e suas manifestações

Algumas manifestações do poder merecem especial atenção como, por exemplo, os de natureza psicológica, e não podem simplesmente ser mensuradas quantitativamente como ocorre com os armamentos, embarcações ou a economia de um país. Por isso, segundo prof. Stoessinger (1978) o poder de uma nação não pode ser considerado apenas a soma de suas capacidades. Hitler soube utilizar muito bem tal aspecto do poder alemão, difundindo na França, através das “quintas-colunas” a invencibilidade das forças armadas germânicas.

A Escola Superior de Guerra (1983)³ reconhece, que o poder possui diferentes facetas, manifestadas nos campos político, militar, econômico, psicossocial e técnico-científico.

³ TÁVORA, Gen. Juarez do Nascimento Fernandes. A Segurança Nacional, a Política e a Estratégia. **Revista da ESG**. Vol. I, nº 1, p. (9 – 20), Dezembro, 1983. Disponível em: <<https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/>

Comparando-se os estudos de institutos equivalentes a ESG, como o National War College (EUA)⁴, Royal Defense College (Inglaterra), Institut de Hautes Études de Défense Nationale (França), Nato Defense College (do Pacto do Atlântico) e Colégio Interamericano de Defesa (do sistema interamericano), percebe-se uma grande semelhança no assunto, principalmente em relação as formas de expressão de poder citadas acima. (MATTOS, 2011)

Além das diferentes formas de manifestações do poder, é importante considerar a sua amplitude. Quando a amplitude do poder se limita a nação, fica claro seu caráter uno e indivisível, apenas expressando-se nos diversos campos já citados. Quando o poder se estende para a multinacionalidade, torna-se difícil conceber a ideia de um poder multinacional. Alguns autores, Mattos (2011) inclusive, consideram que, nesses casos, ocorre apenas um alinhamento político e não a criação de um poder multinacional, pois há uma soma parcial das expressões, com a predominância de uma delas, normalmente militar, econômica ou política, e nunca a junção integral das expressões. Exemplos claros são as alianças militares como o Pacto do Atlântico Norte ou alianças econômicas como a União Europeia.

Por esse motivo, Mattos (2011), conceitua poder e política para o melhor entendimento das ideias da seguinte maneira:

- Poder nacional – é a soma de recursos materiais e valores psicológicos de que dispõe uma nação, tendo em vista os objetivos a que pretende alcançar ou preservar;
- Política – são os caminhos existentes que levam a cumprir esses objetivos.

2.3.3 O poder e a soberania nacional

Os governos e dirigentes das nações definem seus objetivos em busca de liberdade, segurança ou prosperidade. Apoiam-se em bases religiosas, filosóficas ou econômicas. Tudo isso, entretanto, é em vão, caso não haja a aplicação do poder. Hitler queria conquistar a Europa e difundir seus ideais para o mundo; os cruzados queriam libertar Jerusalém; objetivos totalmente diferentes, porém ambos utilizaram o poder para alcançar seus objetivos.

Clausewitz em sua célebre frase “a guerra é a própria política realizada por meios violentos” resume toda uma linha de pensamento geopolítico que destaca o poder político

view/16/3>. Acesso em: 22 mar. 2022.

⁴ ARNOLD, Gen. Edwin J. The Use of Military Power in Pursuit of National Interests. **Parameters**. Vol. 24, nº 1, p. (4 – 12), 1994. Disponível em: <<https://press.armywarcollege.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1700&context=Parameters>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

dentre as demais expressões do poder nacional. Esse fato deve-se a capacidade exclusiva da política em coordenar e orientar as demais capacidades do Estado em direção aos interesses nacionais.

A política, como analisa o prof. Afonso Arinos (1936), refere-se a processos governativos de uma sociedade submetida ao poder do Estado, ou seja, uma comunidade humana respeitando um poder soberano. A palavra soberania indica uma superioridade de poder que somente o Estado habilita-se, dentre as demais instituições sociais, a atingi-la.

Já Carlos de Meira Mattos (2011, p. 97) afirma que: “Não se exerce o poder nacional de uma nação das dimensões do Brasil sem a completa articulação e a integração dos sistemas de decisão, de informação e da administração”.

Por esses motivos, os governos, centro do poder político, devem buscar ferramentas para atingir a soberania em sua nação. A articulação e distribuição ao longo de todo o território nacional de braços e tentáculos que garantam a execução do poder estatal é uma das formas de atingir esse objetivo. Um exemplo claro disso são os PEF que atuam como único representante estatal em diversas localidades, sendo verdadeiros vetores de disseminação da autoridade do Estado.

2.4 A PROJEÇÃO DO PODER NACIONAL BRASILEIRO NA REGIÃO AMAZÔNICA

2.4.1 História

O primeiro navegador a se destacar na exploração do ambiente amazônico foi Pizón, que no ano de 1500 deparou-se com a foz do rio Amazonas, referindo-se, na época, de *Mar Dulce*, tamanha a imponência dessa foz perante as demais. Foi, entretanto, Francisco de Orellana, de 1539 a 1542, o primeiro reconhecer toda a extensão do rio Amazonas, de suas nascentes andinas até a foz que Pizón havia identificado quase meio século antes.

Após isso, diversas expedições francesas, inglesas e holandesas começaram a penetrar a região. Destaca-se, no entanto, as espanholas realizadas por Pedro Ursua e Lopo de Aguirre, que buscavam percorrer o mesmo itinerário feito por Orellana.

Diante de tal situação, o Conselho Ultramarino resolveu criar o estado do Maranhão e Grão-Pará (1621), prolongando a já existente capitania do Maranhão até a porção norte da foz do rio Amazonas. Em 1637, com a União Ibérica formada, foi criada a capitania do Cabo Norte (Amapá), e foi entregue à responsabilidade do português Bento Manoel Parente. Sendo

assim, após o fim da união entre as coroas espanhola e portuguesa, os portugueses já haviam consolidado o seu poder na região.

Coube ao capitão-general Mendonça Furtado a missão de chefiar a primeira comissão demarcadora de fronteira. Graças ao Tratado de Madri (1750) e do princípio do *uti possidetis*, foi possível ao governo português reivindicar a ocupação das proximidades das nascentes andinas do rio Amazonas e demais rios da região. A partir dessa demarcação, a fronteira amazônica ganha naturalmente o delineado que perdura até os dias de hoje. (MATTOS, 2011)

Figura 3 – Tratado de Madri

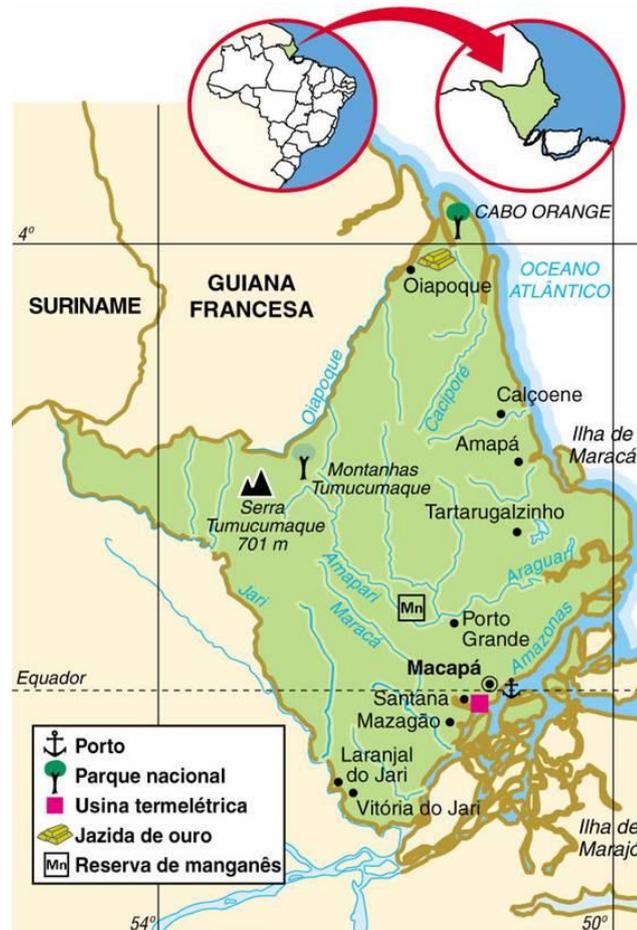


Fonte: Dez de História (2021)⁵

2.4.2 A questão do Amapá

⁵ Disponível em: <<https://dezdehistoria.com.br/pt/blog/tratados-de-limites-no-seculo-xviii>>. Acesso em: 22 mar. 2022

Merece especial atenção a disputa territorial no extremo norte de nosso país que durou aproximadamente 300 anos para ser resolvida por completo. Como dito anteriormente, em 1637 é fundada a capitania do Cabo Norte (atual Amapá). Entretanto, tal ação é uma resposta fruto da criação da cidade de Caiena em 1633, sob domínio da Companhia do Cabo Norte da França.



Em 1713, o Tratado de Utrecht regula os limites entre as coroas portuguesa e francesa na região. Em 1808, D. João VI, em represália à invasão francesa em Portugal, envia forças militares para conquistar a Guiana Francesa e, assim, Caiena permanece sob domínio português durante oito anos. Somente em 1817, na Convenção de Paris, é acordado a devolução de Caiena para a França. Em contrapartida, é exigido por Portugal que o rio Oiapoque seja a nova fronteira entre as duas coroas.

Figura 4 – Região de litígio franco-brasileiro (século XIX)

Fonte: Geografia Total (2013)⁶

⁶ Disponível em: <<http://www-geografia.blogspot.com/2013/03/estado-do-amapa-atualidades-2013.html>>. Acesso em: 22 mar. 2022

Apesar disso, em 1836, o governador da Guiana Francesa, Laurens de Choisy, resolve ocupar a região até o rio Araguari, sob domínio brasileiro. Em 1885, apoiado pelo governo francês, é fundada a República do Cunani, abrangendo a região sul do rio Oiapoque. Entretanto, a iniciativa não foi para a frente.

Foi apenas na década de 1890 por ocasião da descoberta de jazidas de ouro na região que as disputas se acirraram. Em 1894 a Alfândega de Caiena registra uma exportação de 4 ton de ouro, sendo 2,5 ton extraídas do vale do rio Calçoene, que pertencia ao território português. Eugênio Voissien, representante da coroa francesa na região, proíbe os brasileiros de acessar a região aurífera. A atitude de do francês desencadeia a luta armada pelo território. Destacaram-se do lado brasileiro as figuras de Francisco Xavier da Veiga Cabral, considerado herói nacional. As hostilidades foram completamente resolvidas somente em 1900, quando o barão do Rio Branco apresenta para ao presidente da Suíça, mediador da questão, a argumentação irrefutável em favor do Brasil. (SOUBLIN, 2010)

2.4.3 A questão do Acre

Outro marco importante da história de nossa formação fronteiriça na região amazônica é a questão acreana. No último quarto do século XIX o mundo presenciou o surto em busca do látex e, em especial o *látex brasiliensis*, de melhor qualidade. Essa corrida pela borracha refletiu na região do atual estado do Acre, abundante na matéria-prima. Somado a isso, no ano de 1877 houve uma grande seca no sertão nordestino, que resultou em um deslocamento de aproximadamente 300 mil pessoas em direção ao Acre.

O Tratado de Ayacucho (1867) havia estabelecido a fronteira entre Brasil e Bolívia, entretanto, os parâmetros presentes no texto geraram muitas dúvidas. Houve diversas tentativas de demarcação da linha fronteiriça, destacando-se o visconde de Maracaju, barão de Parimá, coronel Thaumaturgo e coronel Cunha Gomes, todos sem sucesso.

No entanto, a crescente prosperidade econômica gerada pela exploração brasileira do látex, chamou a atenção da Bolívia. Para ter-se uma noção, no ano de 1900 a receita geral de exportação brasileira chegou a £33 milhões, sendo a exploração hévea responsável por £7,22 milhões (12,4%). O coronel boliviano José Manuel Pando, viajou para a região e relatou ao governo boliviano a crescente atividade econômica que ali se desenvolvia. Diversos acontecimentos se sucederam após o relatório do coronel Pando, entretanto, vale ressaltar o arrendamento realizado pelo governo boliviano ao *Bolivian Syndicate*, um consórcio anglo-

americano que deteria os direitos administrativos e alfandegários sobre o território. A seguir, segue a manchete publicada no jornal ‘Commercio do Amazonas’, nº 483, de 09 de junho de 1899:

Figura 5 – Manchete do acordo bolívio-americano

L. T. S. S. S. S. S.
 AVISO DE PUBLICAÇÃO
 Nº 483, 1.º DE JUNHO DE 1899
 AMBROSIO TORRES DE
 PROPRIETÁRIO DE
 Manhã & Noite
 AVISOS, ANUNCIOS E CORRESPONDÊNCIA
 NA REDACÇÃO DO JORNAL

Commercio do Amazonas

O ACCORDO BOLIVIO-AMERICANO

MINUTA DE PARAVICINI

ALERTA

Proposta para o accordo entre os E. U. da America e a Republica da Bolívia:

- 1.º Os E. U. da America questionarão por via diplomatica, da Republica Brasileira, os direitos da Bolívia aos territorios do Acre, Purús e Yaco, hoje occupados de accordo com os limites estabelecidos pelo tratado de 1867;
- 2.º Os E. U. da America se o compromettem a fornecer o numerario e prestar-lhes auxilios necessarios em caso de uma guerra com o Brazil;
- 3.º Os E. U. da America exigirão que o Brazil nomeie dentro do primeiro anno, uma commissão que, de accordo com a Bolívia, deslinde as fronteiras definitivas no Jurú e Javary;
- 4.º O Brazil deverá conceder a livre navegacão nos afluentes do Amazonas, nos barcos de propriedade boliviana, assim como o livre transito pelas alfandegas do Pará e Manaus às mercadorias declinadas aos portos bolivianos;
- 5.º Em recompensa de seus bons officios a Bolívia concederá aos E. U. da America o abatimento de 50 % sobre os direitos de importação em todas as mercadorias norte-americanas e 25 % sobre os direitos de exportação da borracha destinada a qualquer porto da dita republica; este abatimento será pelo prazo de dez (10) annos;
- 6.º No caso de estar que appellar para a guerra, a Bolívia denunciará o tratado de 1867, sendo então a linha limitrophica da Bolívia a bocca do Purús e Acre, e entregará os territorios restantes nas zonas comprehendidas entre a bocca do Purús, Acre e o Oratto, aos E. U. da America em livre pòsso;
- 7.º Os gastos que se occasionar em caso de guerra serão pagos aos E. U. da America, recebendo em hypotheca os direitos das alfandegas bolivianas.

Fonte: SILVA (2021)⁷

O gaúcho Plácido de Castro chefia o levante acreano contra a ocupação do território por companhias estrangeiras. Após derrotar as forças bolivianas, o governo federal destaca

⁷ Disponível em: <<https://www.ecoamazonia.org.br/2021/12/terceira-margem-parte-ccclxv/>>. Acesso em: 22 mar. 2022

um contingente comandado pelo general Olímpio da Silveira para ocupar a região de litígio. No dia 21 de março de 1903, Brasil e Bolívia assinam um tratado de suspensão de hostilidades. A questão termina com a assinatura do Tratado de Petrópolis, intermediado pelo barão de Rio Branco, em novembro do mesmo ano. O Brasil incorporou 181 mil km² de território, em troca de compensações territoriais e o compromisso de construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré para realizar o escoamento da produção boliviana; além disso houve também a indenização monetária ao governo boliviano. (MATTOS, 2011)

Figura. 6 – Área disputada entre Bolívia e Brasil



Fonte: CAMPANA (2015)⁸

Finalizando o tópico, vale ressaltar a excepcional solução dirigida pelo barão de Rio Branco, que impediu a instalação de um poder econômico internacional no coração da América do Sul. Com isso, o Brasil pode consolidar a soberania em uma região extremamente sensível do continente.

⁸ Disponível em: <<http://rondoniaemsala.blogspot.com/2015/01/o-tratado-de-ayacucho.html>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

2.4.4 A organização do espaço político amazônico

De maneira breve, abordaremos acerca da organização do espaço amazônico, pois é de senso comum, que há a necessidade de uma reestruturação política na região. A área em questão (consideraremos a área da atual Amazônia legal que será definida mais adiante) abrange aproximadamente 5 milhões de km², aproximadamente 19 vezes o território da França e 20 vezes o território da Espanha. Apenas por seu superdimensionamento, compreendemos a dificuldade de governá-la.

No fim do período colonial, a Amazônia legal era dividida em dez capitânicas, garantindo uma certa autonomia para cada uma e, conseqüentemente, uma ação política mais intensa. Após a independência, a divisão ficou reduzida a quatro províncias. Reflexo disso, o poder local era inexpressivo frente as extensas áreas a que eram responsáveis, freando o desenvolvimento na região.

Ao longo das décadas, inúmeros estudiosos propuseram a reformulação da divisão territorial, cada um à sua maneira. Vale ressaltar alguns nomes como, por exemplo: Antônio Carlos, Francisco Adolfo Varnhagen, Juarez Távora, dentre outros. Não é intuito desse trabalho discutir ou opinar acerca de qual organização é melhor ou pior. A imensidão da Amazônia legal, ultrapassando, inclusive, a área de diversos países, é um enorme impeditivo para a irradiação da soberania nacional para áreas remotas das sedes municipais. Por isso, como constata Meira Mattos (2011), o Exército realizou um grande esforço para marcar os limites de nossa soberania nos pontos de contatos internacionais, destacando algumas frações nesses locais. Essas frações, serão objeto de estudo no próximo tópico. (MATTOS, 2011)

Por fim, independentemente da divisão política realizada, vale ressaltar a Lei n° 1806, de 1953 que beneficia a área como um todo. A lei criou o território denominado Amazônia Legal, abrangendo os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e partes dos estados de Goiás e Maranhão. No texto constitucional, fica estipulado que 3% da renda federal seria destinada ao desenvolvimento da região.

Por toda a história de controvérsias em relação a divisão e somado a necessidade de destinar de parte da renda federal ser destinada diretamente à região, conclui-se, intuitivamente, acerca da importância e da dificuldade encontrada na administração da porção norte do país. A porosidade da região talvez seja o principal inimigo da gestão pública,

característica encontrada, também, nos batalhões de selva, que preenchem e alcançam esses “poros” com seus PEF e frações destacadas do terreno.



Fonte: IBGE (2019)⁹

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1 TIPO DE PESQUISA

Foi realizada uma pesquisa exploratória dividida em três partes principais, sendo elas: análise de manuais e cadernos de instrução do Exército Brasileiro acerca das particularidades

⁹ Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

doutrinárias adotadas para os PEF; busca e exploração de operações militares na fronteira que envolveram primordialmente os PEF e relacioná-los aos seus pilares; e, por fim, fez-se uma busca de operações internacionais em faixa de fronteira, que evidenciassem a importância com que potências tratam o assunto, principalmente em ambiente amazônico.

3.2 MÉTODOS

3.2.1 Análise de manuais e cadernos de instrução do EB acerca da doutrina adotada nos PEF

3.2.1.1 Doutrina e amparo legal

Esse tópico possui dois objetivos principais:

- Definir o conceito de Doutrina Militar Terrestre - para compreender de onde surge o embasamento para a condução e administração de uma atividade tão específica quanto o gerenciamento de um PEF; e
- Apresentar o amparo legal para as ações do EB em faixa de fronteira - a fim de facilitar a compreensão do papel dos PEF nos estudos de caso que serão abordados posteriormente.

Para tanto, é necessário compreender o conceito de doutrina militar que será baseado em manual¹⁰ publicado pelo próprio Ministério da Defesa.

1.3.2 As doutrinas militares compreendem o conjunto harmônico de ideias e de entendimento que define, ordena, distingue e qualifica as atividades de organização, preparo e emprego das Forças Armadas (FA). Dentro dessa visão, as doutrinas militares englobam **a administração, a organização e o funcionamento das instituições militares.**

1.3.3 A Doutrina Militar de Defesa é parte da doutrina militar brasileira que aborda as normas gerais da organização, do preparo e do emprego das FA, quando

¹⁰ BRASIL. Ministério da Defesa. **EB20-MF-10.102: Doutrina Militar Terrestre**. 1. ed. Brasília: EGGCF, 2014.

empregadas em atividades relacionadas com a defesa do país. **Seus assuntos relacionam-se diretamente com a garantia da soberania e da integridade territorial e patrimonial do país**, e ainda com o respeito aos interesses nacionais.

1.3.4 A Doutrina Militar Terrestre é o conjunto de valores, fundamentos, conceitos, concepções, táticas, técnicas, normas e procedimentos da F Ter, estabelecido com a finalidade de orientar a Força no preparo de seus meios, considerando o modo de emprego mais provável, em operações terrestres e conjuntas. A DMT estabelece um enquadramento comum para ser empregado por seus quadros como referência na solução de problemas militares. (BRASIL, 2014, p. 13 e p. 14, grifo nosso)

Desse texto, entende-se, que a doutrina é a “linha-guia” das Forças Armadas e, portanto, tudo que influi dela, serve como base para as ações do EB. Isto é, todos os cadernos de instrução (CI), instruções provisórias (IP), manuais de campanha (MC), manuais de ensino (ME) e demais documentos aprovados por instituição federal (geralmente o Ministério da Defesa) fazem parte do embasamento doutrinário e, portanto, servirão de fonte para o presente estudo e, também, servem de amparo legal às ações realizadas pelo EB. Dito isso, dentre muitos, apenas 3 (três) documentos-base são suficientes para, associando-se entre si, esclarecer o papel da atuação do PEF.

Conforme consta na CRFB:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, **e destinam-se à defesa da Pátria**, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (BRASIL, 1988, art. 142, grifo nosso)

Retomando o manual de DMT, utilizado ainda nesse tópico, encontraremos a seguinte definição acerca da Defesa Nacional:

2.1.3 Defesa Nacional é definida como o conjunto de **medidas** e ações do Estado, com ênfase na expressão militar **do Poder Nacional, para a defesa do território, da soberania** e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externa, concretas ou potenciais. (BRASIL, 2014, p. 17, grifo nosso)

Ainda embasado por esse mesmo manual, temos a seguinte segmentação das expressões e projeções do Poder Nacional:

Figura 8 – Expressões e projeções do Poder Nacional



Fonte: MINISTÉRIO DA DEFESA (2014)

Ainda, segundo Brasil (2014), o Poder Militar Terrestre deve ser capaz de explorar o controle sobre a terra, recursos e pessoas, estabelecer bases de apoio para operações conjuntas, fornecer estrutura mínima para o desenvolvimento regional e diversos outros aspectos que se alinham, como será exposto a seguir, com a missão e característica dos PEF.

Além disso, o art. 16-A da Lei Complementar n° 97, de 9 de junho de 1999 (alterada pela Lei Complementar n° 136, de 25 de agosto de 2010) dispõe que:

Art. 16-A. Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, **atuar, por meio de ações preventivas** e repressivas, **na faixa de fronteira** terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de:

I – patrulhamento;

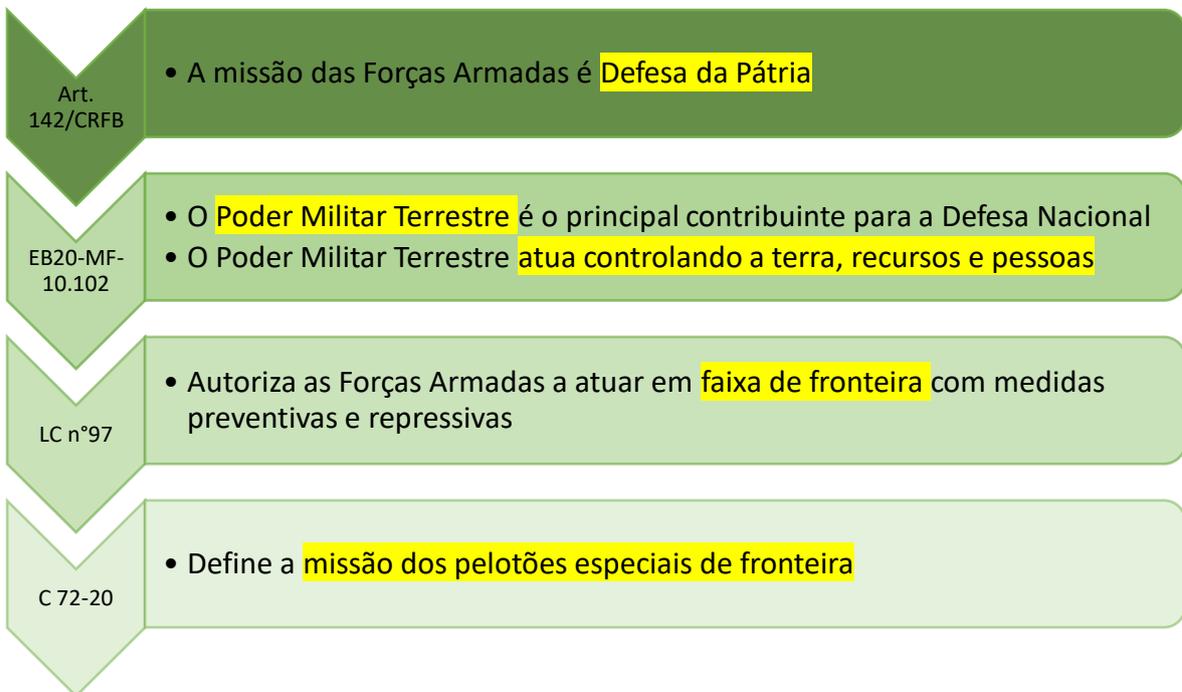
II - revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e

III - prisões em flagrante delito.

(BRASIL, 2010, Art. 16-A, grifo nosso)

Vale ressaltar que inúmeros outros documentos oficiais embasam e referem-se a responsabilidade do EB na região, entretanto, de maneira concisa e simplificada, segue um fluxograma que resume a sequência lógica do embasamento jurídico que atribui ao EB a competência de atuar na faixa de fronteira com o destacamento dos PEF:

Figura 9 – Embasamento legal para atuação dos PEF



Fonte: O autor (2022)

3.2.1.2 Missão e características

O PEF é uma fração de um Batalhão de Infantaria de Selva (BIS) que é sediado em área fronteiriça. Atualmente, o Exército Brasileiro possui 28 frações distribuídas ao longo de nossa faixa fronteiriça amazônica, sendo 22 pelotões, 4 destacamentos e 2 companhias.

Sua missão, segundo manual do Exército Brasileiro (IP 72-20, 1997, p.9-5) além das já comuns a um pelotão de fuzileiros, é realizar a vigilância da fronteira e a vivificação da região. Por esse motivo e pela dificuldade de acesso, os PEF realizam diversas atividades que visam sustentá-lo e a própria comunidade adjacente.

É cultuado nessas frações três pilares que alicerçam e direcionam todas as suas ações, sendo elas:

- combate – realizar atividades inerentemente militares (patrulhamento, reconhecimento de fronteira, postos de bloqueio fluvial etc.);
- vida – são as atividades relacionadas a manutenção do bem-estar social da comunidade militar e civil (eventos comemorativos, atividades desportivas, dentre outros);
- trabalho – é o pilar responsável pela manutenção física e administrativa do pelotão (trabalhos de marcenaria, manutenção de alojamentos, gerenciamento de estoque, criação de animais etc.).

Figura 10 – Mapa de distribuição das frações em faixa de fronteira



Fonte: FORÇAS TERRESTRES¹¹ (2009)

0

¹¹ Disponível em: <<https://www.forte.jor.br/2009/01/04/novos-pelotoes-de-fronteira-serao-celulas-de-vigilancia-militar-sem-vilas-residenciais/>>. Acesso em: 29 de mar. 2022.

3.2.2 Estudos de caso

Nesse tópico, iremos explorar três casos reais de situações envolvendo pelotões especiais de fronteira. O objeto é evidenciar os conceitos apresentados anteriormente em operações que ocorreram no século XXI, demonstrando que ainda estamos em processo de consolidação de nossa soberania nacional na região amazônica.

Para tanto, cada caso foi escolhido de forma que se relacionam, ainda que em seu âmago, com um dos pilares do PEF: vida, combate e trabalho.

3.2.2.1 Vida: O 3ºPEF/7ºBIS na Operação Acolhida

A seguir, será apresentado um caso de emprego desse tipo de fração no contexto do traslado massivo de venezuelanos em direção ao Brasil nos anos de 2017 e 2018, relacionando-o aos conceitos apresentados nos capítulos anteriores.

Segundo o Comitê Federal de Assistência Emergencial, consta em seu Relatório Trimestral de 2018 que no ano de 2016 a crise político-econômica na Venezuela levou o país à escassez de alimentos e produtos básicos. Com isso, centenas de venezuelanos iniciaram o movimento migratório em direção a fronteira brasileira, na cidade de Pacaraima-RR, buscando melhores condições de vida. Reflexo disso, os serviços públicos do estado de Roraima e, posteriormente, do Amazonas e Pará, não suportaram o aumento drástico da demanda.

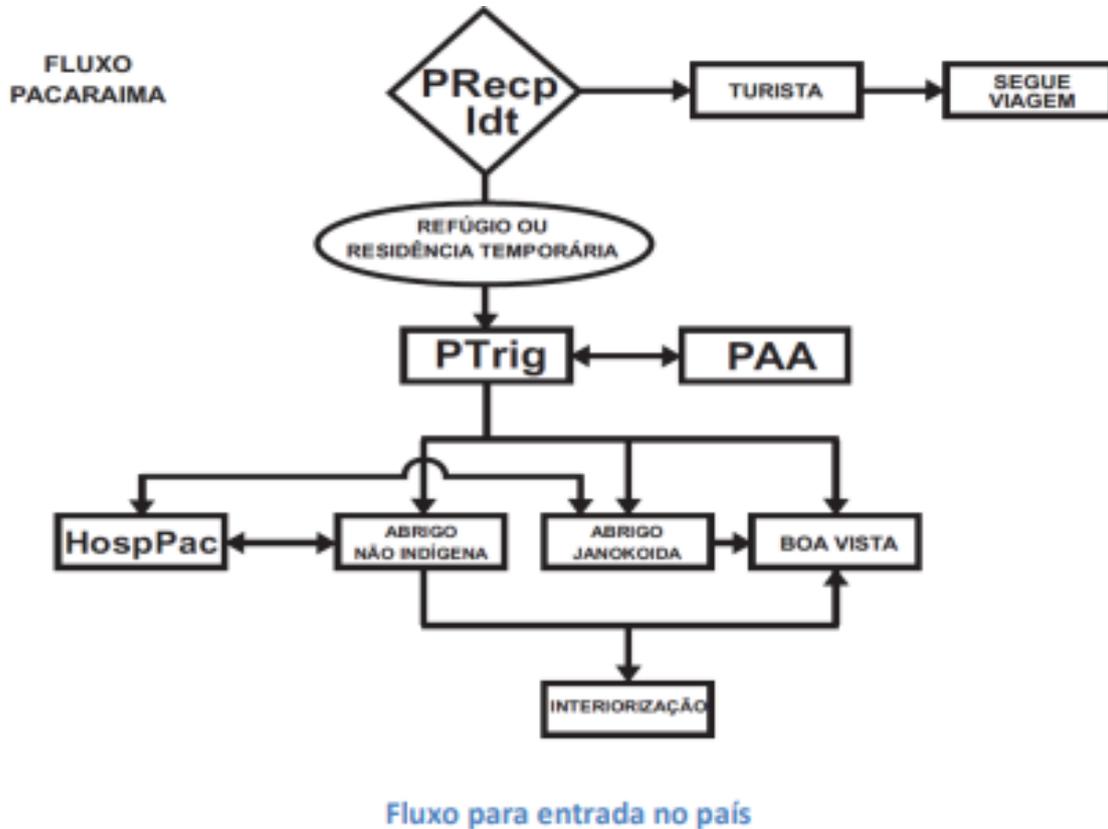
Por esse motivo e com o agravamento da situação no fim de 2017, o Presidente da República, assina o Decreto nº 9.286, de 15 de fevereiro de 2018, que estabelece a competência e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial e nomeou o General de Brigada Eduardo Pazuello como Coordenador Operacional da região. Fruto desse decreto e da abertura de crédito extraordinário para o financiamento da execução do plano operacional, surge a Operação Acolhida. Essa operação foi dividida basicamente em três fase:

1ª Fase - Ordenamento de fronteira: realiza-se ações voltadas ao controle, identificação e triagem dos imigrantes;

2ª Fase - Acolhida dos imigrantes: nessa fase, os imigrantes são levados a abrigos (a maioria em Boa Vista/RR) onde recebiam alimentação, assistência médica, instalações básicas, internet e acesso a TV;

3ª Fase - Interiorização: por fim, os imigrantes são levados a outras regiões do país que possibilitem maiores oportunidades de inserção socioeconômica.

Figura 11 – Fluxograma de migração na Op Acolhida



Fonte: CFAE (2018)¹²

O 3ºPEF/7ºBIS, localizado na cidade de Pacaraima, atuou na 1º e 2º fase da Op Acolhida. Seu acesso é facilitado pela BR 174 que o liga com a capital de Roraima, Boa Vista. Além disso, possui uma pista de pouso que suporta todos os tipos de aeronaves operantes no Brasil. Entretanto, não é possível o acesso por via fluvial. Ademais, as instalações do pelotão são abastecidas 24 horas por dia de energia elétrica, destacando-se das demais frações de mesma categoria. O 3º PEF é, também, empregado frequentemente em operações interagências com a PF.

Conforme observa Pinho (2019), pelas qualidades citadas, o 3º PEF constituiu engrenagem essencial no desenrolar da Op Acolhida. Devido a sua localização geográfica, na

¹² Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/transparencia/relatorios/1o-relatorio-geral-operacao-acolhida.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

fase de ordenamento, a fração auxiliou cedendo instalações para a Base de Apoio de Pacaraima nas ações de controle e identificação dos imigrantes.

Figura 12 - Desdobramento da Base de Apoio de Pacaraima



Fonte: GOVERNO FEDERAL (2018)¹³

Em Pacaraima, segundo Gama (2020) foram instalados dois abrigos para a execução da fase de acolhida dos imigrantes: o abrigo BV-8 (para não-indígenas) e o abrigo Janakoida (para indígenas). O 3ºPEF ficou encarregado de fornecer os gêneros alimentícios aos imigrantes de ambos os abrigos. Por fim, o Posto de Saúde do PEF foi o responsável por prestar o atendimento de todos os militares envolvidos na operação, aproximadamente 600 militares.

Podemos concluir, com tudo o que foi exposto, que o 3ºPEF/7ºBIS foi de fundamental importância a execução da Op Acolhida. Sua posição estratégica e suas instalações permitiram ao Governo Federal exercer seu poder na região, coordenando e controlando a

¹³ Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-do-sus/articulacao-interfederativa/cit/pautas-de-reunioes-e-resumos-cit/2018/junho/1-b-apes-cel-merces-ms-1.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

entrada massiva de venezuelanos, evitando o desordenamento da região e a sobrecarga nos sistemas públicos.

3.2.2.2 Combate: O 3ºPEF/8ºBIS (Vila Bittencourt) e os conflitos armados

A Operação Traíra, ocorrida em 1991, foi uma das mais vultuosas e famosas das recentes operações decorrentes de conflitos fronteiriços na região amazônica brasileira. Desenrolou-se devido a um ataque de guerrilheiros das FARC ao Destacamento Traíra, situado às margens do Rio Traíra, que matou três militares brasileiros.

Em resposta a ação da guerrilha, é criada a Operação Traíra, em cooperação do exército brasileiro e colombiano. Em resumo, considerou-se a operação um sucesso. Segundo Pinheiro (2005), o resultado positivo deve-se, principalmente à atuação do Batalhão “Bejarano Muñoz”, no lado colombiano e do 1º Batalhão Especial de Fronteira (1ºBEF), atual 8º Batalhão de Infantaria de Selva (8ºBIS) com sede em Tabatinga/AM. Ao final da operação, contabilizou-se a morte de doze guerrilheiros das FARC, além da recuperação de grande parte do material roubado no ataque ao Destacamento Traíra. (PINHEIRO, 2005)

A Operação Traíra é apenas um dos exemplos em que a região fronteira amazônica ainda necessita da atuação bélica para garantir, por meio da presença, a soberania brasileira. Atualmente, próximo a localidade em que ocorreram as ações que desencadearam o litígio na década de 1990 entre as FARC e o Brasil, há o 3º PEF (Vila Bittencourt), no qual ainda sofre com a atuação do narcotráfico e conflitos armados.

Em 2002, uma lancha que se recusou a ser revista foi afundada nas proximidades de Vila Bittencourt por uma patrulha do Exército, que encontrou armas dentre os carregamentos da lancha¹⁴. Em janeiro de 2003, um barco com armas foi apreendido no mesmo local. Em janeiro de 2018 foram apreendidos, pelo PEF de Vila Bittencourt, 900kg de maconha com alto teor de THC¹⁵. Esses são apenas alguns exemplos dos crimes transfronteiriços que as frações do EB se deparam naquela região.

¹⁴ Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2002-03-05/exercito-divulga-nota-esclarecendo-incidente-na-fronteira>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

¹⁵ Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/exercito-apreende-mais-de-900-kg-de-drogas-em-canoa-no-rio-japura-no-amazonas>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

De acordo Nascimento (2019), os principais países produtores de drogas ilícitas que o Brasil faz fronteira são: Peru, Bolívia e Colômbia.

Figura 13 – Mapa da fronteira Brasil-Países Produtores



Fonte: NASCIMENTO (2019)

Observa-se, também, que mais da metade desses limites concentram-se na região amazônica; apenas do extremo sul da fronteira Brasil-Peru ao extremo norte da fronteira Brasil-Colômbia são 4639 km de fronteira, além do segmento desconsiderado da fronteira Brasil-Bolívia que está compreendido na região norte do país.

Para fins de comparação e melhor compreensão da imensidão desse “pequeno” pedaço dos nossos mais de 15000 km de fronteira terrestre, segundo Washington Post (2018)¹⁶, a fronteira EUA-México (uma das mais famosas ao se tratar da problemática do narcotráfico

¹⁶ Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/graphics/2018/national/us-mexico-border-flyover/>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

ocidental) possui um total aproximado de 3.145 km, cerca de apenas 2/3 da faixa mencionada acima e cerca de 1/5 de toda a fronteira terrestre brasileira.

Portanto, observa-se, após uma simples comparação de extensão, a necessidade urgente em intensificar a presença de tropas na região fronteira amazônica, principalmente nas divisas com os países mencionados acima. A porosidade do tráfico de drogas naquela região só pode ser combatida com a porosidade dos batalhões de fronteira do exército, com os seus pelotões espalhados nas entranhas da floresta amazônica.

3.2.2.3 Trabalho: programas de desenvolvimento regional encabeçados pelo EB

O último dos pilares (mas não o menos importante) que regem as atividades de um PEF é o trabalho, isto é, as atividades que envolvem o bom funcionamento estrutural para que se cumpra as demais atividades. Para a melhor compreensão, basta associar tal pilar com infraestrutura, por exemplo: energia elétrica, moradia, estradas, saneamento básico, coleta de lixo, dentre outros aspectos.

Dito isso, ressaltamos a criação de alguns programas federais que visam a o desenvolvimento e integração da região amazônica.

a) Programa Calha Norte: foi criado em 1985 e tem por objetivo a manutenção da soberania nacional através da promoção do desenvolvimento ordenado e sustentável da sua área de atuação. O programa é baseado na manutenção e ampliação de unidades militares e nos polos de regionais de desenvolvimento. Para tanto, é realizado um repasse de verbas federais às unidades militares e coordenado convênios e acordos com os governos estadual e municipal, visando um apoio direto do programa a eles.

As Forças Armadas participam do referido programa por meio de ações que possibilitam o atingimento dos objetivos estratégicos já mencionados, tais como: a implantação e manutenção de unidades militares na faixa de fronteira, manutenção da soberania nacional, inibindo a proliferação de ações ilícitas, além de servir de núcleo de colonização e de apoio às comunidades carentes da área, com a implantação de infraestrutura básica nos municípios da região e, principalmente, na manutenção da infraestrutura instalada nos **Pelotões Especiais de Fronteira, contribuindo para o desenvolvimento e integração da região amazônica.** (MONTEIRO, 2020, p. 46, grifo nosso)

b) Operação Covid 19: em 20 de março de 2020 foi ativado a Operação Covid-19, regulada pela Diretriz Ministerial de Planejamento nº 6/GM/MD. Além disso, foi ativado 10 Comandos Conjuntos cobrindo todo o território nacional. Monteiro (2020) destaca as seguintes ações realizadas pelo Comando Conjunto da Amazônia Ocidental e Oriental:

- Transporte de materiais e insumos de saúde, alimentos e outros, por modal aéreo e terrestre;
- Ações de suporte ao sistema de saúde e campanhas de vacinação, com pessoal e montagem de postos de triagem;
- Ações de doação de sangue, em suporte aos hemocentros;
- Capacitação de agentes públicos de desinfecção e agentes de saúde;
- Distribuição de cestas básicas à Comunidades Indígenas;
- Atendimento nos Hospitais de Guarnição das Regiões de Fronteira.

Abaixo, vemos um resumo feito pelo COTER do benefício gerado à população amazônica das ações realizadas pelo MD, que só foram possíveis através da presença militar naquela região.

Figura 14 – Resultados da Op COVID 19 em missões indígenas



Fonte: COTER (2020)

Diversos outros programas federais poderiam ser esmiuçados, tais como, Programa Pró Amazônia e Amazônia Conectada. Entretanto, o objetivo é apenas evidenciar, como observa-se nas operações mencionadas acima, que há uma movimentação federal para que haja um desenvolvimento na região e que na ponta da linha estão os PEF.

3.2.3 Estudo de operações internacionais em faixa de fronteira

Nesse tópico, iremos abordar algumas operações em região fronteira desenvolvidas por diversos países. O intuito é demonstrar a importância dada à defesa das áreas limítrofes pelas potências militares.

A primeira delas é a *Border Patrol* que possui como missão de "segurar e proteger a fronteira externa dos Estados Unidos, prevenindo a entrada ilegal e detectando, interceptando e apreendendo entradas não documentadas, contrabandistas, ilícitos, e a violação de outras leis" (BORDER PATROL, 1994, p. 5). Diferentemente, entretanto, das operações em ambiente de selva realizadas pelo Brasil, a *Border Patrol* atua predominantemente em ambiente urbano, em fronteiras que passam dentro de centros urbanos. Pode-se perceber uma certa similaridade de ambiente nas "cidades siameses" de Tabatinga-AM (Brasil) e Letícia-AM (Colômbia), em que não há uma fronteira física (montanha, rio ou vazão).

Já o *European External Border Surveillance System* (EUROSUR) é um sistema da UE que busca "prevenir a imigração irregular e os crimes transfronteiriços na fronteira terrestre externa e marítima da UE" (HAYES; VERMEULEN, 2012, p. 8). Resumidamente, o EUROSUR conta com a cooperação de 24 países em prol de um objetivo em comum, evidenciando, mais uma vez, a importância dada às fronteiras visto o esforço e energia despendida para esse sistema.

Por fim, em Israel, com o histórico de conflitos fronteiriços, a defesa e controle das fronteiras é uma importante atividade desempenhada pelas forças estatais. Atualmente, Israel possui uma academia militar que capacita ao longo de 8 meses tropas para operações na fronteira (AHRONHEIM, 2019). Os soldados que atuam nessa região são treinados especificamente para tal, sendo especialistas em identificar armadilhas e outros dispositivos explosivos adaptados na região (GROSS, 2017).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir será realizada a análise dos resultados da pesquisa, que se resume aos estudos de casos e a revisão doutrinária dos manuais do EB baseados no processo metodológico (método indutivo, análise qualitativa, revisão bibliográfica, faseamento dos estudos etc.) apresentados no capítulo anterior. A discussão visa relacionar-se e responder diretamente com a problemática exposta no capítulo introdutório, ainda que haja muito a ser explorado acerca do assunto. Para tanto, os objetivos específicos da pesquisa servirão de guia para realizar a análise dos resultados de maneira organizada e guiada

O primeiro dos objetivos era definir os conceitos básicos que envolviam o tema, sendo eles: poder nacional e fronteiras. Tal objetivo foi de suma importância para o trabalho, pois pavimentou o caminho dos demais objetivos específicos propostos. Carlos de Meira Mattos foi o principal autor que alicerçou esse trajeto.

Por ser brasileiro, Mattos contribuiu de suma maneira para atingir os demais objetivos. A relação dos PEF com a consolidação das fronteiras brasileiras é compreendida ainda no capítulo 2.2, no qual realizando apenas uma revisão bibliográfica histórica, conclui-se indutivamente a forte relação e papel do assentamento de fortificações militares na consolidação das fronteiras amazônicas.

Em seguida, com os conceitos básicos muito bem definidos, fez-se necessário compreender o funcionamento dos PEF, importante ferramenta nacional ao se tratar de fronteiras amazônicas. Para tanto, realizou-se a análise dos manuais do EB que são utilizados para guiar o funcionamento e missão dessas frações. Além disso, foi esquematizado o amparo legal que legitima a distribuição e as ações dos PEF. De maneira clara, conclui-se que a existência dos PEF é não apenas legal, como também a forma das Forças Armadas cumprirem seu dever constitucional na região.

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e **destinam-se à defesa da Pátria**, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (BRASIL, 1988, Art. 142, grifo nosso)

Diante de tudo já exposto, pode-se analisar casos pontuais de ações realizadas pelos PEF no século XXI. Foram abordados três casos que se relacionam diretamente a tríade de guia as ações e missões regulares de um PEF: vida, combate e trabalho. Em cada caso percebe-se a responsabilidade que o PEF assumiu naquele contexto, revestindo-se de agente soberano, em um ambiente que não permite qualquer ferramenta governamental alcançar, apenas aquela com uma capacidade logística e “porosidade” que, atualmente, vemos apenas no EB através dos PEF. Além disso, foi realizado um breve estudo acerca das ações para a manutenção de fronteiras de outros países. Com isso, pode-se concluir indutivamente e comparativamente que no século XXI no Brasil, o principal agente mantenedor da soberania nacional nas inóspitas regiões amazônicas são os PEF.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto ao longo do trabalho e da breve e concisa discussão realizada no capítulo anterior, é compreendido, ainda que haja muito a ser explorado, o papel dos pelotões especiais de fronteira na manutenção da soberania nacional em ambiente de selva no século XXI. Pode-se afirmar ao realizar uma pesquisa exploratória bibliográfica histórica que com houve uma participação fundamental na consolidação das fronteiras da presença militar naquelas regiões. Além disso, observa-se claramente a participação dos PEF na manutenção dessas fronteiras ainda atualmente. Consequentemente, o PEF possui protagonismo na manutenção da soberania nacional em ambiente amazônico, visto que, como foi exposto anteriormente, as fronteiras são a epiderme do Estado e a sua integridade influencia diretamente do poder nacional de uma nação.

Sugere-se, portanto, que a partir da conclusão acerca do papel do PEF na soberania nacional, o tema seja destrinchado e explorado para que haja uma movimentação governamental no estudo, planejamento e execução de projetos de desenvolvimento das regiões fronteiriças amazônicas. Tais movimentos mitigariam os problemas de narcotráfico internacional e possivelmente problemas futuros de relações internacionais do Brasil em relação a interesses na região. Por esse motivo, faz-se necessário a realização de novos estudos do tema para que alcance as respostas para tais hipóteses.

REFERÊNCIAS

- ARNOLD, Gen. Edwin J. The Use of Military Power in Pursuit of National Interests. **Parameters**. Vol. 24, n° 1, p. (4 – 12), 1994. Disponível em: <<https://press.armywarcollege.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1700&context=Parameters>>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- AMAZÔNIA Legal. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- BENTO, Cláudio Moreira. **Amazônia brasileira: conquista, consolidação e manutenção** (história militar terrestre da Amazônia de 1616 a 2003). Porto Alegre: Genesis, 2003, 288 p.
- BODIN, Jean. Livro primeiro. *In*: BODIN, Jean. **Os seis livros da República**. Tradução: José Ignacio Coelho Mendes Neto. 1. ed. São Paulo: Ícone, 2012, 1200 p. Título original: Les six livres de la République.
- BRASIL, Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **C-72-20: O Batalhão de Infantaria de Selva**. 1. ed. Brasília: EGGCF, 1997.
- BRASIL, Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **EB20-MF-10.102: Doutrina Militar Terrestre**. 1. ed. Brasília: EGGCF, 2014.
- FREPAGANI, Gélío. **Amazônia: a grande cobiça internacional**. Brasília: Thesaurus, 2000, 166 p.
- LIMONGI, Carlos Vagner Borsato. **O poder de vigilância do pelotão especial de fronteira**. Resende: 2019, 43 p.
- MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2018, 423 p.
- MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica Volume I**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, 316 p.
- MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica Volume II**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, 416 p.

- MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica Volume III**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, 424 p
- MELO, Cassiano Cardoso de. **O emprego dos pelotões de infantaria para solucionar os problemas da Amazônia**. 1. ed. Resende: 2020, 37 p.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Programa Calha Norte comemora 30 anos melhorando a vida da população da região Norte. **Governo Federal**. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/programa-calha-norte-comemora-30-anos-melhorando-a-vida-da-populacao-da-regiao-norte>>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- MONTEIRO, Gustavo Henrique do Nascimento. **Os reflexos da estratégia de Defesa na região amazônica no desenvolvimento de sua integração regional no século XXI**. Rio de Janeiro: ECEME, 2020, 62 p.
- PINHO, Alessandro Paiva de. **O Exército Brasileiro na Operação Acolhida**. Rio de Janeiro: ECEME, 2019, 62 p.
- SANTOS, Álvaro Victor Barros dos. **O Exército Brasileiro pela estratégia nacional de defesa na região amazônica**. Rio de Janeiro: 2019, 36 p.
- SOUTO, Juan C. F.; PAIM, Rodrigo de Almeida; FRANCHI, Tássio. *As escolas de selva como fator de dissuasão na Pan-Amazônia: análise de caso dos exércitos equatoriano e brasileiro*. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 5, n. 2, p. 61-86, 2018.
- TÁVORA, Gen. Juarez do Nascimento Fernandes. A Segurança Nacional, a Política e a Estratégia. **Revista da ESG**. Vol. I, nº 1, p. (9 – 20), Dezembro, 1983. Disponível em: <<https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/16/3>>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- TRATADOS de Limites no Século XVIII. **Dez de História**. Disponível em: <<https://dezdehistoria.com.br/pt/blog/tratados-de-limites-no-seculo-xviii>>. Acesso em: 22 mar. 2022